

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2018, número 122. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

**O golpe na questão agrária brasileira:
aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo.**

ARTIGO DO MÊS

**Moção de repúdio aos atos fascistas
contra a produção do conhecimento científico e crítico.**

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

II Congresso de Geografia e Atualidades – CGA

Unesp/Rio Claro – São Paulo, 23 e 24 de março de 2018.

I Seminário de Geografia da Ciência, dos Saberes e da Geografia

USP/São Paulo – São Paulo, 23 e 24 de abril de 2018.

I Congresso Ibero-Americano Nós Propomos

IGOT/Lisboa – Portugal, 07 a 12 de setembro de 2018.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Episodios de la conflictividad
agraria pampeana. Del
menemismo al kirchnerismo.**
Autor: Eduardo Azcuy
Ameghino.

La concepción de este libro, se asienta en la convicción de que uno de los principales problemas del agro pampeano en los inicios del siglo XXI es el proceso de concentración económica en curso (del capital, el uso de la tierra, la producción y el ingreso), en cuyo marco avanzan las megaempresas y se continúa enriqueciendo la propiedad latifundista que absorbe una creciente renta del suelo.



De Olho no Paraguai
Realização: De Olho nos
Ruralistas.

Está no ar o site De Olho no Paraguai. Em 36 reportagens, ele conta um pouco da história do domínio de uma boa parte do território paraguaio por latifundiários – e empresas agropecuárias – brasileiros. Não se trata de mais um relato sobre a presença de brasiguaios, os colonos, no país vizinho. E sim de um retrato dos grandes proprietários de terra, que não necessariamente moram no Paraguai. Para ver: goo.gl/834dFe



**PodCast Unesp – Pod
Territorial.**
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

O GOLPE NA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS DO AVANÇO DA SEGUNDA FASE NEOLIBERAL NO CAMPO

José Sobreiro Filho – UFPA
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP
Danilo Valentin Pereira – UNESP
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS
Diogo Marcelo Delben Ferreira de Lima – UFMT
Lorena Izá – UNESP
Francisco Antonio da Silva – UECE
sobreirounesp@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é produto das reflexões e dos debates do coletivo de pensamento Rede DATALUTA, territorializada em todas as regiões do Brasil, se dedica ao levantamento, organização e representação de dados referentes à questão agrária, a partir dos estudos, análises e construção de conhecimento sobre a conjuntura agrária nacional. Apresentamos uma leitura teórico-crítica embasada nos debates coletivos e nas análises dos dados que compõem o Relatório DATALUTA 2017, contribuindo com compreensão da situação política do campo brasileiro depois do golpe político-jurídico-midiático-ruralista que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Entre as mudanças políticas resultantes do golpe está a diminuição e finalização de políticas públicas destinadas para a população pobre e o crescimento de políticas públicas para as corporações, com destaque para a bancada ruralista que forma a base de sustentação do governo golpista.

Neste segundo ano do golpe, analisamos seus impactos no campo destacando seu caráter perverso de intensificação da questão agrária. O golpe político atingiu o campesinato, os povos indígenas e outros povos tradicionais que foram excluído de políticas públicas e constam como estorvos na agenda política do governo golpista. A exclusão das classes populares do campo faz parte da razão neoliberal que defende privilégios econômicos para os ruralistas, drenando, cada vez mais, recursos estatais para o modelo hegemônico de desenvolvimento do campo, financiando as corporações do agronegócio. A disputa entre o Paradigma do Capitalismo Agrário e o Paradigma da Questão Agrária tornou-se ainda mais nítida, sobretudo, pela desigualdade na correlação de forças, sendo que o Estado passou não somente a coadunar e ser financiador da agenda neoliberal, mas também organizador do processo repressivo sobre as organizações contra hegemônicas.

Este artigo é uma continuidade às análises realizadas em Fernandes *et al.*, 2017 sobre a questão agrária na segunda fase neoliberal, sendo uma nova contribuição para acompanhar o golpe que atingiu a parte do campo que produz a maior parte dos alimentos (MITIDIERO *et al.*, 2017). Está organizado em duas partes, na primeira aspectos e elementos para compreender o golpe no campo e na segunda parte analisamos as ocupações de terras, manifestações, movimentos socioterritoriais, assentamentos rurais e estrangeirização de terras.

ASPECTOS E ELEMENTOS PARA SE COMPREENDER O GOLPE NO CAMPO

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

O Golpe contra Dilma Rousseff no ano de 2016 mudou os rumos da política e da consolidação do processo democrático no Brasil. No campo, caracterizou-se como o momento de oportunidade política para a produção de vários retrocessos para as classes populares e avanços para o capitalismo agrário, especialmente o agronegócio. Inaugurou a segunda fase neoliberal do Brasil com mudanças que atingiram todas as dimensões do desenvolvimento: política econômica, social, ambiental e cultural, difundindo a razão neoliberal para as classes sociais, inundando o cotidiano como modelo hegemônico (DARDOT & LAVAL, 2016).

A agenda neoliberal, reeditada com o golpe, invadiu o campo político brasileiro com o objetivo de acabar com as políticas agrárias populares dos governos pós-neoliberais. A Reforma Agrária, prevista na Constituição Federal de 1988 e regulamentada em 1993, apresentou resultados quantitativos expressivos na primeira fase neoliberal e na fase pós-neoliberal, como resultado das pressões exercidas pelos movimentos socioterritoriais camponeses. Esta política deixou de compor o roteiro do governo federal, como também sofreu um estratégico ataque em seus pilares sendo convertida em uma política de regularização fundiária. As consequências mais objetivas deste processo foram expressas nos cortes de recursos presumidos na proposta de lei orçamentária de 2018 (TEIXEIRA & INTINI, 2017):

- Obtenção de terra para Reforma Agrária (86,7%);
- Assistência técnica e Extensão rural para a Reforma Agrária (85,2%);
- Educação do Campo (86,1%);
- Infraestrutura em assentamentos (69,0%);
- Reconhecimento e Indenização de territórios Quilombolas (62,5%);
- Organização da Estrutura Fundiária (89,5%);
- ATER para a agricultura familiar (43,4%);
- Promoção e fortalecimento da Agricultura Familiar (73,7%);
- Apoio à organização econômica e promoção da cidadania de mulheres rurais (71,3%);
- Apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais (77,2%);
- Apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais (extinto);
- Crédito fundiário (79,3%);
- Terra Legal (47,2%);
- Programa de Aquisição de Alimentos (71,3%);
- Promoção da inclusão de famílias em situação de pobreza (52,5%);
- Distribuição de Alimentos a Grupos Tradicionais (99,4%);
- Programa de Aquisição de alimentos – modalidade de compra com Doação Simultânea, Aquisição de Sementes e Compra Direta (99,8%);
- Demarcação e fiscalização de Terras Indígenas e Prot. Dos povos indígenas isolados (48,7%);
- Preservação cultural dos povos indígenas (44,1%);

A exclusão da agricultura familiar camponesa, dos quilombolas, indígenas e demais populações tradicionais do censo agropecuário de 2018 e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

são alguns dos resultados do golpe na questão agrária. Foi um rompimento com a perspectiva da diversidade e uma declaração de apoio absoluto ao modelo hegemônico. Esse rompimento atendeu às críticas sobre as ações e perspectivas pós-neoliberais dos governos do PT, como políticas paliativas. O golpe estabeleceu uma nova crise agrária, impondo a centralidade neoliberal na figura do agronegócio enquanto modelo único, pois as próprias existências do campesinato e das populações tradicionais estão em questão. Composto por uma articulação de diferentes setores do capital, o golpe no campo atendeu declaradamente aos interesses do agronegócio e das bancadas compostas pelas oligarquias agrárias e os demais setores conservadores. O processo de homogeneização das políticas para o campo figurou um modelo único, como a salvação da crise econômica nacional. O Agronegócio, enquanto um complexo de complexos (agrário, industrial, financeiro, ideológico, tecnológico etc.) passou para um patamar de além do apoio e incentivos, tomou o Estado enquanto organizador de seu desenvolvimento e das aniquilações das populações tradicionais, sobretudo, no Cerrado e na Amazônia.

O modelo único para campo, tal como é apresentado pelos teóricos do Paradigma do Capitalismo Agrário (FERNANDES, 2013), avança com o discurso de uma modernização que escamoteia o caráter sustentável restrito a uma classe e seu viés econômico e político em detrimento dos demais. Este caráter fica explícito ao verificarmos que o golpe fortaleceu o seu modelo de desenvolvimento territorial amplificando a desigualdade na correlação de forças que pautam a disputa territorial entre agronegócio, latifundiários, mineradoras etc. e as populações tradicionais e o campesinato em especial.

O aumento da violência no campo explicita tamanha desigualdade em sua feição mais perversa e desumana. No entanto, é o retorno dos assassinatos coletivos e dos massacres com elevado requinte de crueldade que chamam atenção. Uma lógica sistêmica, em sua faceta perversa e hostil, é evidenciada na relação promiscua entre o capital e Estado, sendo que em alguns casos as ações violentas foram conduzidas por policiais militares que mais tarde contaram com a defesa, em forma de manifestação pública de apoio, organizada por deputados. A fetichização da propriedade e do capital acima da vida são acompanhados e amparados por uma atualização das listas de ameaçados e de uma silenciosa, rara e discreta conclusão de inquéritos sobre a violência no campo (SOBREIRO FILHO & MANAÇAS, 2017). Inquestionavelmente, uma atmosfera favorável para o avanço do latifúndio, das oligarquias, do agronegócio, do desmatamento, das hidrelétricas e mineradoras que é legitimada e consagrada cotidianamente pelo governo, classe média e o lumpemproletariado.

A convivência e atuação do Estado e de setores da sociedade são absurdas. As classes populares do campo foram golpeadas com o processo de aniquilação e exclusão anunciado de maneira muito silenciosa. É no bojo desta redoma conflituosa e hostil que mais alguns aspectos do golpe nos chamam a atenção:

- A democracia que, historicamente, sempre foi um termo vazio de prática e utilizado pelos liberais e neoliberais como subterfúgio para justificar ideais capitalistas, retorna à sua condição inócua com a derrocada do pós-neoliberalismo. O cidadão retoma à compreensão e prática da democracia restrita, sobretudo, através do sufrágio universal em detrimento de uma possível democracia lastreada no acesso à terra. Os ribeirinhos, quilombolas, assentados, indígenas, faxinalenses,

extrativistas etc., voltam à situação de exclusão nas políticas públicas e vulnerabilidade no processo democrático;

- O Estado passou a sofrer um duplo desmonte. De um lado, com a dissolução das instituições voltadas para as classes populares e, do outro lado, o anúncio da abertura de uma nova onda de privatizações de empresas estatais e a oferta, embotada de flexibilizações legais e políticas, de recursos anteriormente explorados pelo Estado como, por exemplo, a extração de petróleo, energia elétrica, água, biomas e a mineração;
- A reedição da fronteira agrícola rumo à metabolização do Cerrado e da Amazônia associada à dissolução de fronteiras legais, sobretudo, em termos ambientais e trabalhistas, evidenciando a permissividade do Estado brasileiro e a sua barbara legitimação da precarização da vida cotidiana em todos os âmbitos. O processo de estrangeirização da terra avança largamente amplificando a problemática no campo e, em especial, a soberania pelo controle pelo território nacional;
- A inversão do jogo na disputa territorial. Os movimentos socioterritoriais (camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc.), que apresentam experiências únicas e exemplares de resistência e territorialização sobre “terras” do capital, passaram a sofrer com problemas relacionados ao avanço do agronegócio em suas terras por meio da violência, da subordinação e do mercado, mas especialmente pelas políticas governamentais de titularização dos assentamentos como parte de reinserção das terras de reforma agrária no mercado e, portanto, na lógica metabólica socioterritorial do capital. É o Estado como agente desarticulador da reforma agrária e à serviço do capital através de políticas massivas de enfraquecimento do território camponês: o Estado tornando cada vez mais a “terra de trabalho” em “terra de negócio”;
- A renovação dos votos de dependência e, portanto, o realinhamento, a maior especialização e monopólio do papel produtivo do Brasil perante a geopolítica global neoliberal é reforçada através da opção dos investimentos representados pelo Plano orçamentário de 2018. No entanto, o acirramento da precarização da vida cotidiana ocorre de modo mais intenso com o recuo dos avanços na última década no que se refere à segurança e soberania alimentar, pois ambas deixam de fazer parte do âmbito de prioridades do governo;
- Associada à dependência, a ideia de crise emerge como elemento aglutinador que tem sido tratado ideologicamente se valendo de aspectos e valores patrióticos e judaico-cristãos com o fito convencer as massas à penosidade, para alcançar a superação, por meio de discursos pseudo-condolentes enquanto o capital não retrocede e se apresenta condescendente: as classes populares do campo pagarão pela crise, o capital agrário jamais. Indubitavelmente, o Brasil está na crise e não se livrará da mesma porque esta é inerente à política neoliberal e ao capitalismo, ou seja, não é uma questão de situação, mas de essência condicionadora. As ações reformistas favorecendo o capital em detrimento das políticas, direitos e conquistas das classes populares tem protagonizado exemplos impiedosos da precarização da vida cotidiana dos trabalhadores do campo e da cidade, como a PEC 241/PEC 55 - *PEC do fim do mundo* – e as questões trabalhistas que impuseram retrocessos (permissividade de condições análogas a trabalho escravo) e limites em diferentes âmbitos do Estado, dos quais os menos abastados mais usufruem, forçando-os a buscar

a iniciativa privada. O governo cria o problema e deixa o mercado, via capital, como uma “solução” em um país que retoma o contato com a miséria;

- Uma contra-política agrária popular está em curso no campo, mas não se restringe ao mesmo. Atualmente invade as instituições da sociedade e, sobretudo, do Estado. Os casos recentes de pesquisadores perseguidos nas universidades exemplificam o crescimento, a legitimação e a consagração do fascismo em relação às classes populares do campo e, portanto, a produção de conhecimento e análise sobre as mesmas. Tal situação ostensiva evidencia a tentativa de instalação de um processo homogeneizador que encastela o Paradigma do Capitalismo Agrário em detrimento do Paradigma da Questão Agrária: modelo único para o campo demanda um pensamento único e a guerra aos *Think Tank's*;
- A crise, uma das principais “fundamentações” circunstanciais, não tem a sua superação em seu horizonte real, mas a manutenção e consolidação do golpe. Dialeticamente, enquanto houver crise política as ideias neoliberais serão difundidas como sinônimo de “resolução” e “justificarão” o golpe para as classes subalternas. A retomada da governabilidade, por meio da repactuação do governo e dos interesses do capital apátrida, associou-se perfeitamente com os aparelhos ideológicos no que se refere à emulação das reedições e reinvenções constantes de uma crise que se tornou muitas (econômica, política, social, ambiental, moral, estatal etc.). Flexibilizações, desemprego, cortes, dissoluções, apropriações, espoliações, mercantilização de bens naturais – com rendas extraordinárias - e outras ações se complementam oferecendo melhores condições para o capital enquanto a esfera social é inundada de distrações e reedições da crise como, por exemplo, a política e moral no que se refere à “corrupção generalizada”: as crises foram fundamentais para criar a “governabilidade” e promover as reedições das fronteiras e a inclusão de novas áreas e territórios no metabolismo socioterritorial do capital;
- O fim do “pacto” de classes recoloca a luta de classes diante de cenários caóticos da democracia e/ou pós-democracia. A aparelhagem e as peças governamentais, mesmo largamente desprovidas de popularidade e aceitação, seguem realizando os desmontes deixando o campo em uma situação ainda mais complexa. O fechamento do MDA, que já realizava uma lenta e diminuta política de reforma agrária nos últimos anos, foi o golpe magistral e suas consequências para a reforma agrária resultou nos piores números de criação de assentamentos rurais e famílias assentadas das últimas duas décadas;
- Não foi somente o processo de fechamento das instituições que reduziu as ações dos movimentos do campo nos anos do golpe, mas também a própria situação política nacional. A retração da diversidade na quantidade e da quantidade na diversidade de movimentos socioterritoriais expressam o refluxo das ações e baixa participação popular na vida política nacional. Ademais, tendo a violência como elemento que retorna no cotidiano, conforme apresentaremos mais adiante, as ações passam a serem repensadas;
- A massiva participação dos conservadores e fundamentalistas no poder legislativo segue avançando no desmonte do Estado para as classes populares no campo enquanto edificam, cada vez mais, um Estado máximo e provedor para o Agronegócio. Este processo contraditório também

se desenvolve de modo silencioso enquanto as atenções públicas são direcionadas para a – corrupção generalizada – tendo como pano de fundo investigações lentas que favorecem a crítica seletiva, desproporcional e reincidente de uma mídia hegemônica e historicamente comprometida com os golpes e com os demais setores dominantes. O discurso de redemocratização e desenvolvimento se casam contraditoriamente enquanto a população segue em absoluta distância de participação na vida política. Referendos e outras formas de consultas populares são impensáveis na conjuntura do governo atual. Mais uma vez a democracia é limitada ao voto em detrimento da participação das tomadas de decisões: o autoritarismo se apresenta com uma nova roupagem.

Por fim, destacamos que apesar dos paladinos da direita ainda apontarem que não houve nenhum “golpe”, a “democracia do golpe” inaugurou uma nova onda de violência no campo e na cidade como forma de extermínio dos sujeitos de esquerda. De maio de 2016, marcado pelo afastamento de Dilma Rousseff, até março de 2018 temos uma relação de 19 lideranças da esquerda assassinadas, dentre elas: indígena, sindicais, camponeses, quilombolas, produtores, comunitárias e recentemente vereadora Marielle Franco. A violência focada nas figuras políticas se apresenta expressivamente fortes em algumas áreas, como no estado do Pará, mas também não se restringe a uma região específica do país, pois está presente em diferentes unidades federativas: Alagoas, Pará, Ceará, Rondônia, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Compreender o assassinato de lideranças como um fenômeno normal é uma anormalidade e, portanto, exemplo de uma “democracia” autoritária que não nos serve.

Ocupações de terras

Neste ensaio de análise de conjuntura agrária, compreendemos a ocupação de terras como uma forma de luta popular realizada por uma diversidade de categorias do campesinato brasileiro, que praticam a desobediência civil contra a sacralidade normativa/legal da propriedade privada ou pública. Caracteriza-se por uma ação direta que pressupõe entrada no imóvel reivindicado, seguida muitas vezes da realização do trabalho coletivo/familiar na terra. Objetiva-se exigir do Estados os procedimentos administrativos previstos em lei, para vistoria e desapropriação judicial para fins de destinação aos trabalhadores mediante a política nacional de reforma agrária.

Por retomadas, nos referimos outra forma de luta popular, realizada por povos indígenas e tradicionais que, com base nos mesmos princípios, reivindicam a arrecadação pelo Estado de um ou diversos imóveis rurais para restituição de direitos territoriais e identitários que foram expropriados no processo de expansão da modernidade capitalista.

Durante a primeira fase neoliberal no Brasil, compreendida entre 1985 a 2002, as lutas por terra e reforma agrária demonstraram uma curva ascendente em número de ocorrências e famílias envolvidas, espacializadas em todo território nacional, em que pese a redução drástica entre 2000 e 2002, decorrente da Medida Provisórias das Ocupações¹ editada no governo Fernando Henrique Cardoso.

¹ Medida Provisória nº 2.183-56 de 2001 - conhecida como MP das Ocupações.

Na virada do século XXI as ocupações de terras assumiram novo conteúdo, ao serem dimensionadas também sobre imóveis controlados pelo agrohidronegócio, marcados pela alta produtividade econômica, impactos destrutivos ao meio ambiente e violação dos direitos trabalhistas, como a superexploração do trabalho e trabalho escravo. Outro elemento novo, diz respeito à ascensão na última década das ações de retomadas de territórios indígenas e territórios de povos tradicionais. Neste caso, a autodeterminação identitária dos povos e a garantia internacional aos direitos de existência precede o estatuto da função social da propriedade rural.

O ano de 2016 foi marcado pelo golpe de Estado realizado por Michel Temer e seus comparsas. Este traumático evento da política nacional arrastou todos os segmentos dos trabalhadores para um longo processo de mobilização para enfrentamento ao golpe de Estado, ainda em curso. Neste ano o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA) registrou a ocorrência de 212 ocupações de terras, envolvendo 27.454 famílias o que resulta em uma média de 129,5 famílias por ocupação de terras, especializadas nas cinco regiões e 21 unidades da federação, a saber:

- Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (Centro-Oeste);
- São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo (Sudeste);
- Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Bahia, Alagoas e Ceará (Nordeste);
- Roraima, Rondônia, Pará, Acre e Tocantins (Norte);
- Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Sul).

Este quantitativo de ocupações representa, em relação ao ano de 2015, variação negativa de 17% no número de ocorrências e 29% do número de famílias em ocupações de terras. A leitura da aparência do fenômeno pode nos conduzir ao equívoco de isolar estes dados dos processos sociais e das relações de produção, levando-nos à constatação errônea, supondo a superação do problema da desigualdade na distribuição da terra no país.

A organização dos dados da estrutura fundiária realizada pela Rede DATALUTA na série histórica de 16 anos (Quadro 1), revela uma estagnação da concentração fundiária no patamar altamente concentrado desde o início do século XXI. Por sua vez, o quantitativo de assentamentos de reforma agrária criados até então segue sendo exponencialmente inferiores às famílias de sem terras no país.

Quadro 1 – Evolução do Índice de Gini da Propriedade da Terra – 1998 - 2014

Ano	Gini
1998	0,838
2003	0,816
2010	0,838
2011	0,839
2012	0,833
2014	0,860

Fonte: DATALUTA, 2015. Disponível em: <
<http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos.php>>

Anteriormente afirmamos que nos últimos anos da fase neoliberal, houve drástica redução nas ocorrências de ocupações de terras, isto porque todos os sujeitos identificados nestes atos de desobediências civil e bem como os imóveis rurais ocupados, por efeito de medida provisória estariam excluídos do programa nacional de reforma agrária.

Com a ascensão dos governos neodesenvolvimentistas do PT e o decurso da estratégia democrático-popular, tais medidas provisórias não foram revogadas, tampouco aplicadas. Mas, a abertura de um cenário de políticas públicas compensatórias enfocadas nos setores sociais, agricultura familiar e assentamentos de reformas, estimulou o deslocamento da luta política por lutas por políticas públicas.

Após o golpe de Estado impetrado por Michel Temes e seus comparsas, tal horizonte de políticas públicas, mesmo que compensatórias, foi totalmente destruído cedendo lugar para o apoio irrestrito ao favorecimento do agrohidronegócio e fortalecimento das corporações financeiras transnacionais. Esta conjuntura do golpe em curso, abre permeabilidade para a ascensão de pensamentos e posturas políticas ultraconservadoras e fascistas, especialmente contra os pobres e diversidade do campesinato brasileiro.

Neste contexto, entendemos que a redução das ocupações de terras no último biênio relaciona-se, por um lado à paralização das desapropriações para a reforma agrária e direcionamento das lutas populares contra a ofensiva das medidas liberalizantes. Por outro lado, a variação negativa do fenômeno expressa precaução das organizações sociais com a violência fascista que vêm impetrando massacres contra os povos indígenas, tradicionais, camponeses sem terras e posseiros.

Como protagonistas da produção desta assustadora violência, identifica-se o poder dos latifundiários e empresas do agronegócio atuando com seus jagunços, assim como o Estado agindo com o uso das forças policiais e aparato judicial, corriqueiramente, em defesa da propriedade privada e dos interesses da classe dos rentistas.

Além do registro de 15.453 casos de pistolagem (2014) e 68 casos de trabalho escravizado, 61 camponeses e 118 indígenas foram assassinados (CIMI, 2016) em 2016. Entre 1985 e 2017 a Comissão Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Pastoral da Terra registrou 46 massacres que vitimaram ao longo de 36 anos, 220 pessoas. Somente no ano de 2017, registraram-se outros 4 massacres no campo brasileiro, a saber:

- Massacre de Pau D'Arco, executado no estado do Pará no dia 24 de maio de 2017, onde uma ação das polícias militar e civil, ao atuarem para expulsar as famílias do Acampamento Nova Vida que reivindicam as terras do latifúndio Fazenda Santa Lúcia, culminou no extermínio da vida de 10 camponeses;
- Massacre de Colniza, no Mato Grosso, onde pistoleiros a mando do latifúndio assassinaram 9 posseiros do Projeto de Assentamento Taquaruçu do Norte, inclusive com ações de degolamento;
- Massacre de Vilhena, em Rondônia, foi denunciado pela Liga dos Camponeses Pobres, onde três trabalhadores foram mortos na luta pela Reforma Agrária;
- Massacre de Lençóis, na Bahia, 6 lideranças quilombolas foram assassinadas, 4 delas dentro de casa, no Território de Luna. (Fonte: CPT, 2015 e 2016).

Manifestações

Damos destaque também neste texto às manifestações dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra, as quais denominamos de *Manifestações do Campo*. As manifestações, como bem ressaltaram Fernandes *et.al.* (2017) têm um potencial interessante: trazer às cidades os problemas enfrentados no campo, com as ações realizadas principalmente nas capitais dos estados, mas também nas cidades médias ou centros urbanos dos municípios menores, pois é ali onde se encontram os espaços de tomadas de decisão, como prédios de órgãos públicos ligados à questão agrária, ou então bancos, prefeituras, praças públicas etc. (PEREIRA, 2015).

Outro potencial destacado por Pereira (2015), é que as manifestações representam não só mais uma estratégia de luta para o acesso à terra, mas também uma forma de luta *na* terra, ou seja, as famílias que já estão assentadas continuam sua luta agora por políticas públicas que sejam implantadas visando crédito, assistência técnica, infraestrutura, educação, dentre outras, para que o desenvolvimento territorial seja realizado em todas as suas dimensões.

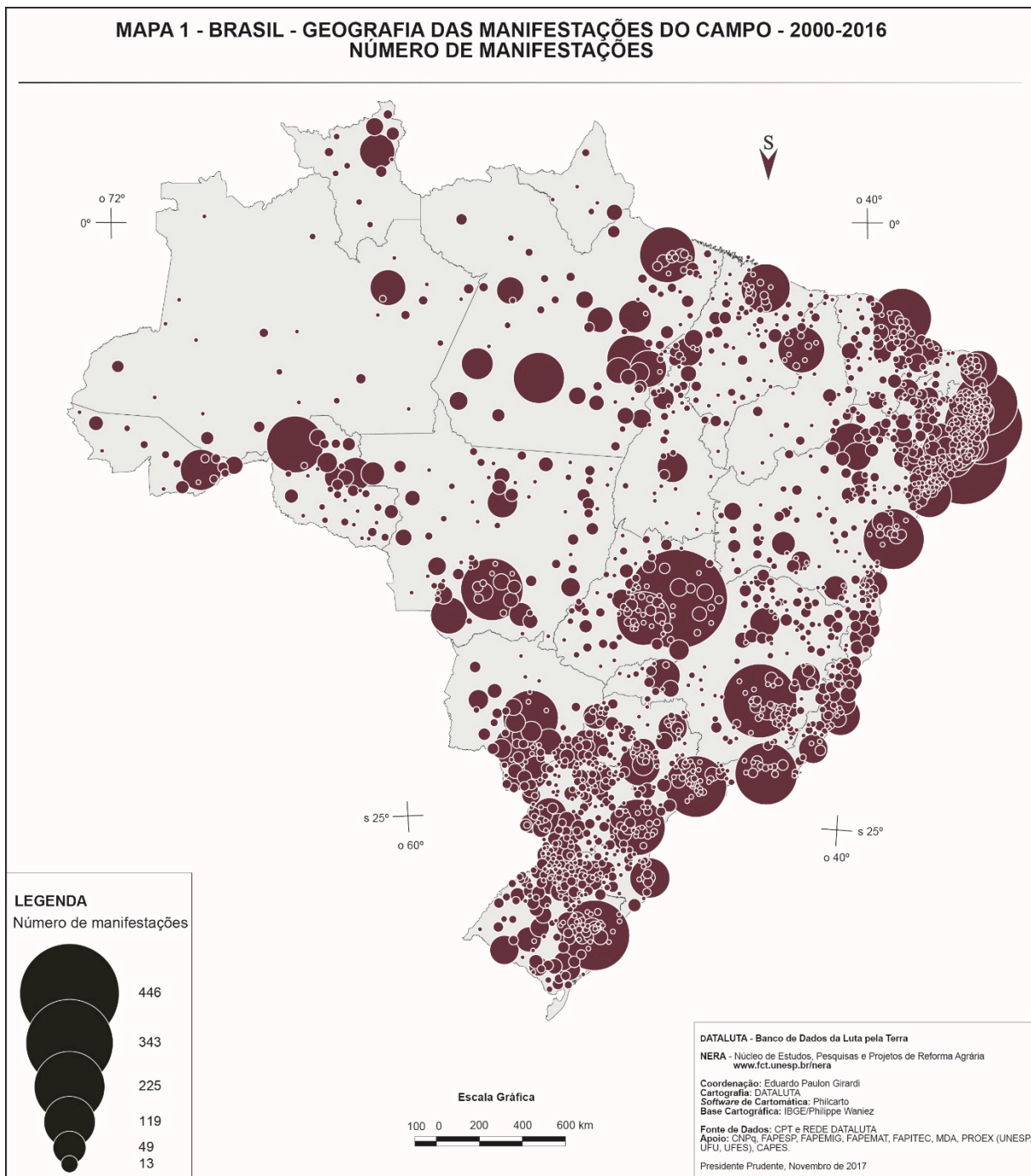
Tendo isso, no ano de 2009 começamos a análise dessas ações e passamos a publicar nos Relatório DATALUTA seus números. Essa nova categoria de pesquisa da Rede DATALUTA já proporcionou pesquisa de iniciação científica, monografia, dissertação de mestrado, artigos e capítulo de livro. Neste momento, faremos uma análise dos dados do ano de 2016, que estará disponível no próximo Relatório.

O ano de 2016 foi de muitas ações dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra. No total, foram 1.072 manifestações, em todas as regiões do país. No ano de 2015, foram registradas 859, portanto houve um aumento significativo. As regiões Nordeste (308 manifestações), Norte (296) e Centro-Oeste (186) seguem se destacando, seguidas do Sudeste (149 manifestações) e Sul (133). No total acumulado, de 2000 a 2016, são mais de doze mil (12.544) ações de protesto no Brasil.

Já em número de pessoas, as mobilizações de 2016 foram menores. As manifestações conseguiram somar 324.520 mil pessoas. No ano de 2015, foram mobilizadas 479.646 pessoas, portanto uma sensível queda. O Nordeste foi a região que mais aglutinou camponeses em manifestações, com 117.543 pessoas no total. Os movimentos socioterritoriais da região Norte mobilizaram 64.760 pessoas, da

região Sul 59.472 pessoas, da região Sudeste 43.177 pessoas e da região Centro-Oeste 40.568 pessoas. No total acumulado, de 2000 a 2016, temos a marca impressionante de mais de sete milhões (7.049.073) de camponeses e camponesas, indígenas e trabalhadores rurais se manifestando, exigindo terra e políticas públicas para seus territórios! O Mapa 1 mostra a espacialização pelo país dessas ações. Chama a atenção os círculos maiores exatamente nas capitais como ressaltando mais acima.

Para uma análise das manifestações, principalmente em relação às suas reivindicações, é preciso que lembremos a conjuntura do ano de 2016. O *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, que num primeiro momento pode parecer um golpe contra a pessoa Dilma, na verdade foi também um golpe em um projeto de governo, e estamos entendendo aqui projeto de governo tendo relação direta com as políticas públicas que são pensadas, escritas, publicadas e colocadas em prática, processo que entendemos como território imaterial. Quando se ameaçava retirar o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), aliado histórico dos movimentos populares como os camponeses, para ser substituído por um projeto de governo liderado pelo presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), camponeses e intelectuais (Fernandes *et.al.* 2017) já sabiam o que estava se desenhando: uma segunda fase neoliberal no Brasil. E foi o que aconteceu. O *impeachment* veio e com ele “um conjunto de medidas nefastas pelo governo golpista nos diversos setores que compõem a sociedade brasileira, desde áreas como a educação e a saúde até a previdência social” (FERNANDES *et.al.*, 2017, p. 16). Destacamos aqui principalmente a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrária (MDA), pois representou o projeto de destruir o que havia de políticas públicas emancipatórias aos camponeses, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (PEREIRA, 2015).



Lembrada essa conjuntura, fica mais claro entender o motivo do número maior de manifestações no ano de 2016. Os camponeses saíram às ruas para proteger seus territórios e as políticas públicas para o seu desenvolvimento. Porém, as manifestações tendo como conjuntura o processo de *impeachment* são só umas das faces das lutas enfrentadas pelos movimentos socioterritoriais do campo. Como bem ressaltaram Wandscheer, Munhoz, Lindner e Medeiros (2016, p. 6): “a luta pela terra [...] encontra-se em processo de avaliação e reivindicação permanente”. Feliciano (2016) deixa claro que os problemas que envolvem o campo no Brasil, ou como diz o título do seu texto “Raízes da violência no campo brasileiro”, continuam existindo. Numa segunda fase neoliberal, esses problemas tendem a piorar. Feliciano, utilizando dos dados publicados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus *Caderno Conflitos no Campo*, Disponível em www.fct.unesp.br/nera

destaca o aumento da violência contra sem-terras, posseiros, indígenas, comunidades tradicionais, agentes de mediação, com ameaças de morte, assassinatos, despejos etc., além do rentismo, concentração de terras, a estrangeirização de terras.

É um enfrentamento constante de dois modelos de desenvolvimento territorial: um neoliberal, capitalista, concentrando terra/poder, produzindo e exportando *commodities* através de políticas públicas construídas para isso. Por outro lado, os sujeitos do campo buscam colocar em pauta, com suas manifestações, outro tipo de modelo de desenvolvimento territorial, o da agricultura familiar, com ênfase na produção de alimentos, em pequenas propriedades, reivindicando para isso, nas manifestações, políticas públicas específicas.

Movimentos socioterritoriais

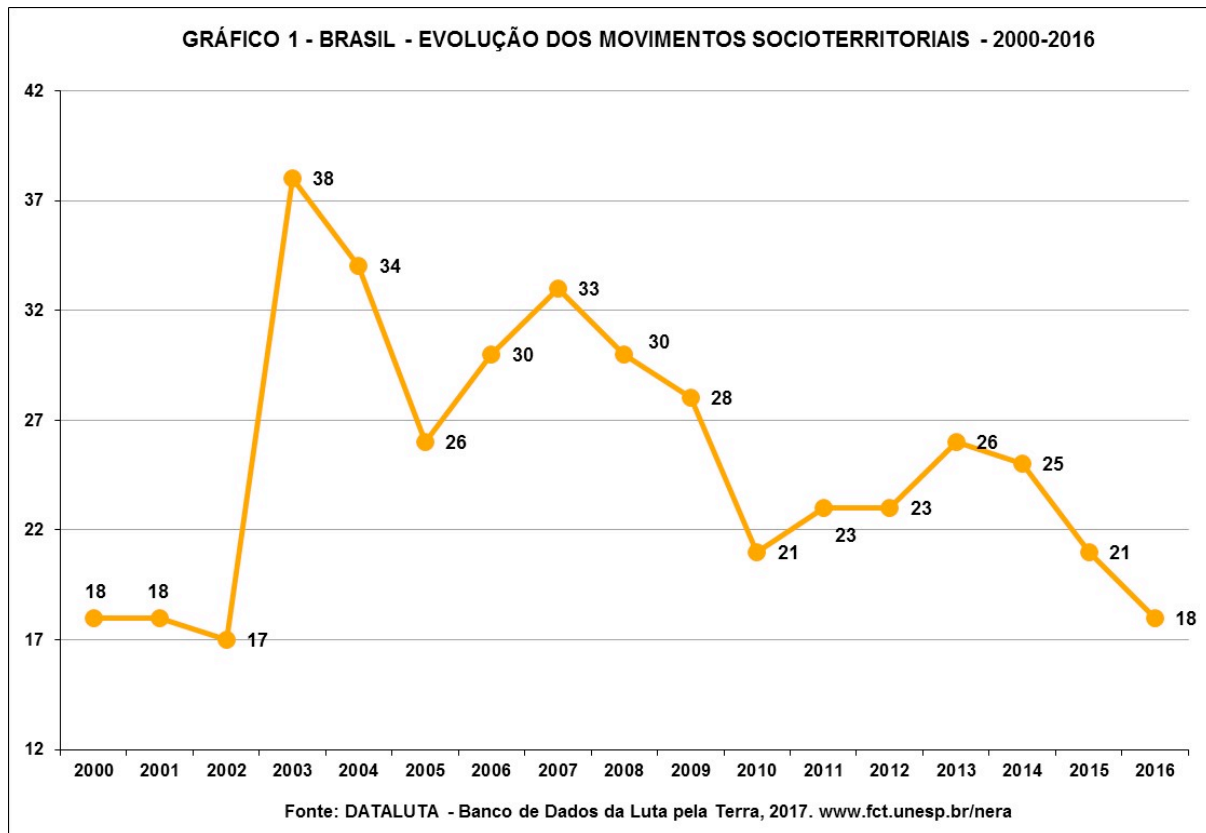
Os movimentos socioterritoriais camponeses são, historicamente, os principais protagonistas na luta contra o processo de produção capitalista do espaço no campo e na produção dos territórios contra-hegemônicos. As políticas de reforma agrária no Brasil são um dos mais expressivos produtos da luta popular no mundo, bem como as diversas políticas públicas de desenvolvimento territorial (educação, produção, cultura, etc.) também são resultados diretos de um processo de luta e resistência que se sinonimizam a desenvolvimento, ou seja, evidenciando que conflitualidade e desenvolvimento, para as classes populares, são indissociáveis na atual conjuntura do espaço-tempo (SOBREIRO, 2011; 2016). Indubitavelmente, há um vasto cabedal histórico de enormes conquistas sociais, políticas, culturais, econômicas etc. e, portanto, territoriais que reforçam a importância destes sujeitos para a construção de outros modelos de sociedade e produção do espaço e territórios.

No campo, a existência de movimentos socioterritoriais camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc. pressupõem não somente uma questão agrária complexa, mas uma dialética compreendida também pela organização dos sujeitos coletivos socioterritoriais com o objetivo de promover a mudança através da resolução de problemas estruturais em um território nacional caracterizado pela nítida desigualdade da correlação de forças.

Historicamente, a repressão faz parte da realidade das lutas no campo. No entanto, o golpe civil-político sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e, portanto, contra a democracia brasileira instaurou uma nova conjuntura para os movimentos socioterritoriais camponeses. A oportunidade política extremamente favorável para o capitalismo agrário internacional se verteu em problemas políticos para as populações do campo que passaram a sofrer com o retrocesso democrático, sobretudo, viabilizado pela promíscua relação Estado-Capital. O retrocesso para os movimentos socioterritoriais do campo é objetivamente expressado na relação entre quantidade, diversidade, homogeneização e localização geográfica nos últimos dezessete anos.

A quantidade de movimentos socioterritoriais do campo está sofrendo, ao longo dos últimos 14 anos (Gráfico 1), um processo de retração depois de alcançar o seu ápice no início do governo Lula. O maior número de movimentos socioterritoriais que realizaram ocupações de terras no campo foi em 2003 e, se comparado com 2016, significou uma redução de 52,63%. Uma redução de tamanha expressão não era vista desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso em 2000, 2001 e 2002. Em outras

palavras podemos dizer que o momento atual é o pior dos últimos 14 anos para os movimentos socioterritoriais e que os governos do PT foram mais favoráveis para as ações dos movimentos socioterritoriais e as lutas populares.



Além disso, identificamos uma redução dupla: da diversidade na quantidade e da quantidade na diversidade de movimentos socioterritoriais que fizeram ocupações de terras. Tratando os movimentos socioterritoriais desde a sua auto-identificação na nomenclatura, podemos dizer que na atualidade, e se comparadas com a totalidade representada pelo Dataluta entre 2000-2015, temos as seguintes retrações: os Pescadores refluíram de 2 para 1 (-50%); os Quilombolas de 5 para 1 (-80%); os Camponeses de 11 para 1 (-91%); e os Sem-terras de 28 para 3 (-89,29%). Por outro lado, se compararmos os anos de 2003, onde houveram atuações de 10 movimentos que se autodenominavam como sem terras, com o ano de 2016, em que apenas 3 movimentos deste perfil atuaram, observamos que houve uma redução de 70%. Em outras palavras, ambas as reduções significam um imenso empobrecimento político-ideológico no processo de produção, consumo e transformação dos espaços e territórios. Esta diminuição foi mais expressiva, sobretudo, no que se refere aos movimentos de atuação mais restritas localmente e focadas em uma unidade federativa ou em especificidades de modos de vida.

Tomando o ano de 2016 como referência verifica-se que dos 18 movimentos que realizaram atuações, apenas 8 realizaram ocupações de terras em mais de uma unidade federativa, sendo que 5 deles foram em dois estados (CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, FNL – Frente Nacional de Lutas, LCP – Ligas dos Camponeses Pobres, MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragens, e Quilombolas), os Movimentos indígenas em 6 (BA, MA, MS, MT, PR e RS), as OI – Organizações Disponível em www.fct.unesp.br/nera

Independentes em 8 (AC, BA, GO, MT, PA, RO, RR e TO) e o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em 16 (AL, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MT, PA, PR, RN, RO, RS, SC, SP e TO).

Ao analisarmos as atuações por regiões, verificamos que a região Norte se destaca com a atuação de 8 movimentos socioterritoriais, seguido do Nordeste e do Sudeste com 7 cada, o Centro-Oeste com 6 e a Sul com 3. Cabe destacar que o MST foi o único movimento que atuou em todas as regiões do Brasil. Ao tomarmos as unidades federativas como referência de análise destacamos os estados de Rondônia e Minas Gerais com 5 movimentos cada, depois seguidos por Tocantins, Bahia e Mato Grosso com 4 movimentos cada, e Pará, São Paulo, Paraná e Goiás com 3. Estes dados reforçam a situação de conflito, luta e resistência nas áreas de territorialização do agronegócio brasileiro, sobretudo, na Amazônia e no Cerrado.

A situação de redução dos movimentos socioterritoriais não pode ser compreendida como parte de um processo de avanço e resolução das problemáticas do campo, mas, pelo contrário, como falta de oportunidade política para se participar do processo de luta e transformação política. Exemplo desse processo, é que na análise comparativa anual, os movimentos que atuavam apenas localmente e que compreendem a maioria no banco de dados foram os que mais cessaram suas ações ao longo do tempo. Na atualidade, a diversidade que tem resistido está relacionada aos movimentos mais experientes e detentores de maiores recursos e estruturas organizacionais translocais.

Por fim, destacamos que não é recente o fato de que os movimentos socioterritoriais são imprescindíveis tanto para se compreender o grau democrático e o modo como uma sociedade lida com as ideias contra-hegemônicas, diferenças e especificidades, como para entender como o processo de produção do espaço tem se dado sob a lógica da homogeneização e extermínio das ideias e modos de vida diferenciados da sociedade dominante. A pobreza política e o fascismo identitário promovido pela homogeneização antidemocrática também passa a ser diretamente uma pobreza espacial e territorial, ou seja, reforça o modelo único como pauta para o futuro da produção do espaço e do território.

Assentamentos rurais

Com a redemocratização e a Constituição Federal de 1988, depois da Lei da Reforma Agrária, Lei n.º 8.629/1993, e da criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2000, a política brasileira passou a ter mais subsídios jurídicos e administrativos para criação de assentamentos rurais. Pois bem, no auge do neoliberalismo no país, a tensão social aumentou com as reformas e as medidas econômicas pró-mercado do governo FHC (1995-2003) e as suas consequências (inflação, desemprego, dependência externa), sem referir o descontentamento da população com o funcionamento do Estado e com a prestação dos serviços públicos essenciais. A “Política Agrária Liberal” dos anos 1990 (até o início do governo Lula) sustentava-se no paradigma do capitalismo agrário, na convicção de que nova realidade rural emergia com a promoção da “agricultura familiar inserida no mercado”. Mas a política agrária, ou melhor, de “criação e desenvolvimento de assentamentos rurais” demonstrou-se inócua diante da gravidade do cenário social conflitivo no campo e das expectativas dos movimentos de trabalhadores rurais.

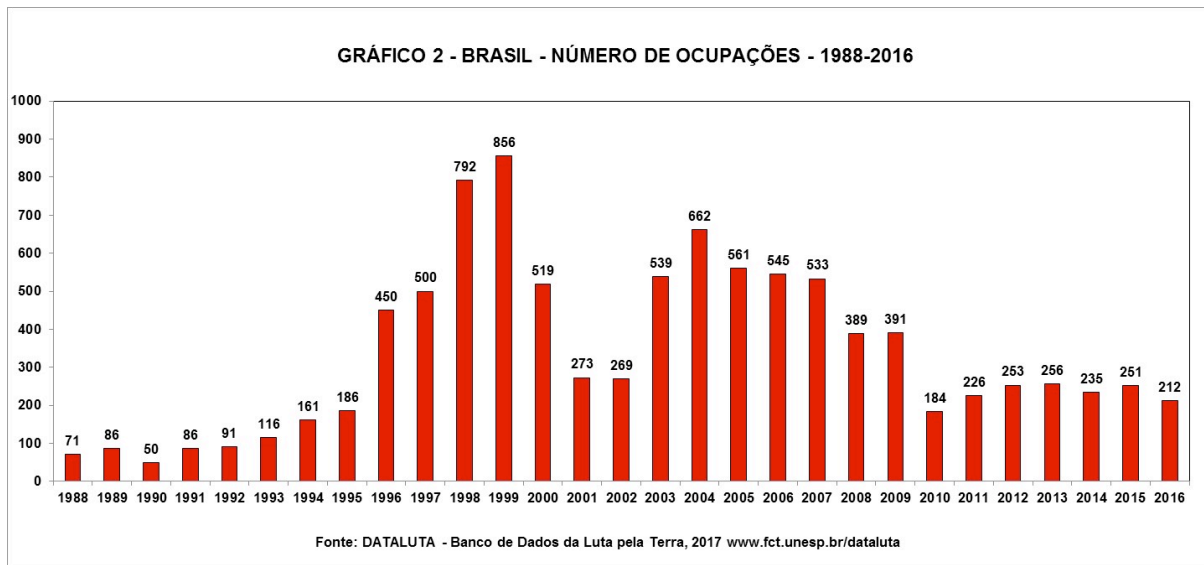
Na passagem dos anos 2000, a incapacidade do governo e a ineficiência das políticas públicas no campo forneceram o combustível necessário para a “criminalização da luta pela terra e dos movimentos sociais rurais”, realizada por meio da Medida Provisória 2.183-56/2001, que alterou dispositivos da Lei da

Reforma Agrária, n.º 8.629/1993. Ao passo que a lei estabeleceu sanções nos casos de ocupações de imóveis e de participação em atos de mobilização social, os movimentos de trabalhadores rurais se virão obrigados a reformular a plataforma ideológica/discursiva e as estratégias de enfrentamento do poder público e dos setores reacionários da sociedade. A partir de 2001, constata-se a redução das ocupações no Brasil, se compararmos com os dados referentes aos anos 1990. No alvorecer da “Política Agrária Social”, no curso dos anos 2000, ainda que alguns avanços políticos e sociais tenham sido alcançados, tem-se a mudança de alguns atores/jogadores, mas o jogo continua o mesmo.

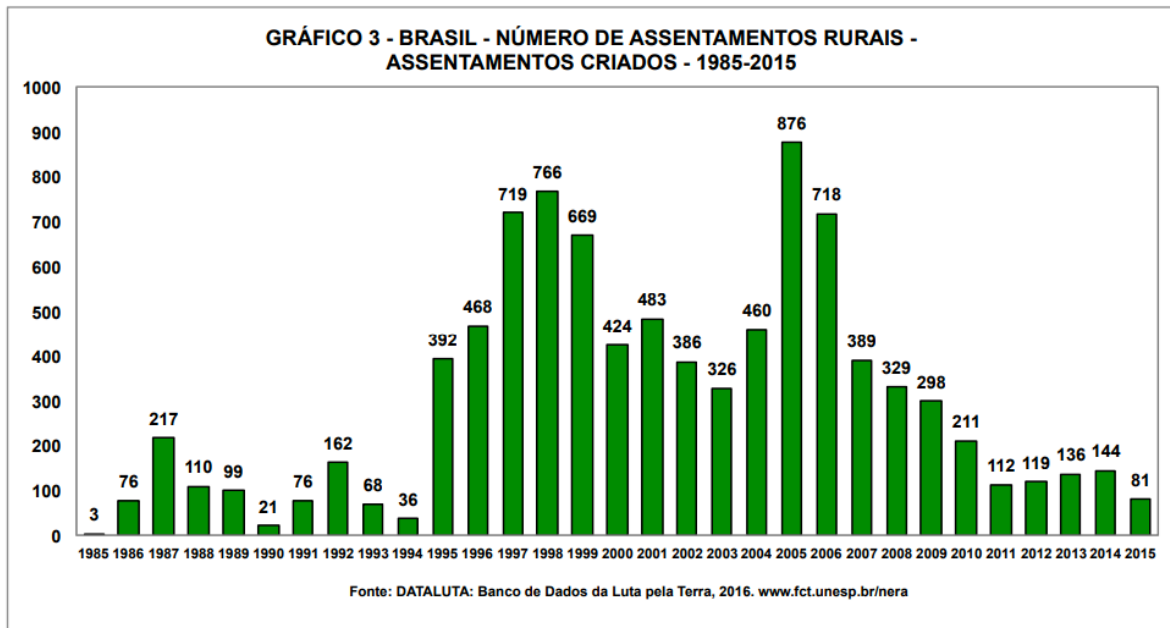
O governo Lula (2003-2011) foi responsável pelo período de maior articulação e desenvolvimento das políticas públicas (e em diversas áreas, não somente no campo social). Ponto alto do governo Lula em matéria agrária foi a edição da “Lei da Agricultura Familiar”, n.º 11.326/2006, pois esse instrumento legal teve sucesso em democratizar a política agrária, incluir todos os grupos sociais do campo (silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas, quilombolas etc.) numa Política Nacional. Contudo, ao trazer esses segmentos para agricultura familiar, o governo inflacionou os dados da reforma agrária no país – o número de projeto de assentamentos rurais e de famílias rurais da reforma agrária – e, aliado aos setores do agronegócio brasileiro, não enfrentou a realidade agrária excludente e concentradora. Pior, por meio do Programa Terra Legal, Lei n.º 11.952/09, respaldou “outra” frente de ocupação da Amazônia Legal, de apropriação de terras públicas e devolutas e do bioma, colocando, mais uma vez, os trabalhadores rurais na linha de frente do conflito agrário. É patente que a política agrária brasileira é descomprometida com os problemas do campo, com as reivindicações dos movimentos socioterritoriais e com as necessidades da população rural trabalhadora.

Em linhas gerais, a reforma agrária no Brasil ora está sob o controle de atores políticos hegemônicos (ruralistas, políticos, imprensa e o agronegócio) no contexto de “Política Agrária Liberal”, experimentada nos governos de Sarney, Collor/Itamar e Fernando Henrique; ora enfrenta a resistência daqueles mesmos atores no contexto de “Política Agrária Social”, proposta no governo Lula, interrompida nos governos Dilma e Temer. Em razão da ineficácia das políticas agrárias (e de reforma agrária), o campo se firmou como um espaço dominado pelos capitalistas (latifundiários, ruralistas, empresas rurais, grandes grupos econômicos) para a produção agropecuária de interesse do mercado em detrimento da agricultura familiar.

Conforme Fernandes (2008), os governos falharam (têm falhado) na efetivação da política e da reforma agrária, basta recordar a inaplicabilidade dos Planos Nacionais de Reforma Agrária (do governo Sarney, em 1985; do governo Lula, em 2003). Os embaraços ao reordenamento agrário e fundiário e à promoção da redistribuição de terras, da justiça social e do aumento da produtividade no campo, objetivos da reforma agrária (artigo 1º, §1º, do Estatuto da Terra, Lei n.º 4.504/64), tem sido imposto por diversos setores da sociedade brasileira, entretanto, a luta pela terra continua. O Relatório Dataluta deixa claro que as ocupações ainda têm ocorrido como instrumento de pressão dos governos e governantes para execução da política de reforma agrária no país.



Algumas leituras podem ser feitas com base nos dados a respeito das ocupações, mas nenhuma interpretação está autorizada a afirmar de que existem períodos mais e menos intensos de mobilização social em torno da reforma agrária. Em verdade, apenas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o número de ocupações é menor por ocasião da abertura do debate para realização da reforma agrária no Brasil, o que era a expectativa dos movimentos sociais de trabalhadores rurais. A partir do ano de 1994, a luta pela terra intensifica-se, com mais movimentos sociais e mais ocupações, em todas as regiões e os estados brasileiros. No início dos anos 2000, por causa das mudanças na legislação para criminalização de movimentos sociais, a frequência das ocupações diminui, ao mesmo tempo, ainda em conformidade com o Relatório Dataluta, as manifestações do campo (marchas, caminhadas, concentrações e ocupações em espaços públicos, acampamentos, bloqueios de rodovias etc.) se qualificam como outra tática de luta pela terra. Ademais, a dinâmica das ocupações está diretamente ligada com a criação de projetos de assentamentos rurais no Brasil, isso pode ser extraído do Relatório Dataluta.



De acordo com Girardi (2014), em que pese a criação de assentamentos rurais, a estrutura fundiária brasileira permanece inalterada. Claro, uma vez que a política de reforma agrária não atacou o latifúndio improdutivo nem a concentração de terras, é óbvio que nenhuma mudança na realidade agrária e social brasileira poderia acontecer. Inicialmente, a criação de assentamentos rurais tinha o propósito de viabilizar a ocupação de terras e a expansão das atividades agropecuárias e econômicas, por esse motivo a região Norte tem o maior número de famílias e de áreas de assentamentos rurais, e a região Nordeste tem o maior número de assentamentos rurais (NERA, 2016).

Para Coca et al (2014), a criação de assentamentos rurais foi (e é feita) mediante diversidade de instrumentos políticos e legais, logo, existe incontestemente heterogeneidade de comunidades rurais assentadas (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, posseiros, colonos etc.) que torna a reforma agrária brasileira mais abrangente e complexa. O que se observa, nos últimos anos, embora a legislação agrária tenha inovado nas formas de aquisição de terras pelo poder público para fins de reforma agrária (a exemplo da compra e venda de imóveis produtivos), é uma política de obtenção de terras baseada no reconhecimento das ocupações e da situação possessória em terras públicas, ou melhor, em consonância com Coca et al (2014), a maior parte do território brasileiro inserido na política de reforma agrária (em torno de 55% da área total dos assentamentos rurais do país) é proveniente da política de regularização fundiária.

Diante da incapacidade de avançar numa efetiva e revolucionária política de reforma agrária no país, o governo Dilma (2011-2016) decidiu por política agrária “realista”; é preciso lembrar as repetidas declarações do governo no sentido de que a reforma agrária iria atender (apenas) as famílias acampadas no Brasil, em torno de 120 mil. Parecia impossível, mas a meta do governo conseguiu desagradar a todos. Os movimentos socioterritoriais acharam que a mesma estava aquém das expectativas dos trabalhadores rurais e os ruralistas não acreditavam que ainda existia número tão grande de pessoas a serem atendidas pela reforma agrária. Com o agravamento da crise política e econômica, não restou margem para o governo

Dilma administrar os interesses conflitantes, e com a interferência do Tribunal de Contas da União, por meio do Acordão n.º 775/2016, que identificou 578 mil indícios de irregularidades em projetos de assentamentos rurais da reforma agrária (de um total de 976.517 cadastros), a reforma agrária no país estava oficialmente paralisada.

O próprio INCRA recorreu da decisão do TCU e, posteriormente, obteve êxito em decisões liminares e suspensivas sobre os efeitos do acordão. Porém, a polêmica sobre as possíveis irregularidades da reforma agrária não foi superada. Com outras palavras, por diversas vezes, sobretudo no âmbito de Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso Nacional (vide a CPI do INCRA e da FUNAI, finalizada em 2017), tentou-se “desmoralizar a política de reforma agrária”, como se os problemas da política pública fossem decorrentes da sua concepção histórica, das suas diretrizes políticas e dos seus objetivos sociais. É um acinte que as tentativas de atacar a reforma agrária sejam feitas justamente por políticos e ruralistas que detém o controle da administração pública, dos programas e planos governamentais, dos orçamentos dos órgãos e instituições de governo, das indicações dos cargos gerenciais etc. Mais grave ainda é observar o desmonte do Estado, a usurpação do poder, os desvios de finalidade das políticas públicas e a locupletação do patrimônio público e social.

O governo Temer, indiferente à opinião pública e à população, para se empoderar no Palácio do Planalto, e sob o pretexto de realizar as reformas necessárias para o crescimento econômico do país e para a resolução da crise fiscal, assumiu relação questionável com os congressistas, especialmente com os favoráveis à manutenção do presidente e dos seus aliados no poder, que inclui, lamentavelmente, a partilha do INCRA entre partidos da base de apoio (isso não é novidade nos governos) e indicações partidárias para efetivação dos projetos de interesses dos políticos e dos seus financiadores de campanha (em sua maioria, ruralistas).

Impossível identificar tecnicamente o conceito ou o atributo da política de reforma agrária do governo Temer (liberal, neoliberal, conservador), o que se tem, na prática, são negociações entre grupos políticos e econômicos para viabilizar retrocessos e o “entreguismo”. Nem seria necessário pontuar, mas por técnica científica se faz, nenhum avanço na política de reforma agrária nem na criação de assentamentos rurais! As medidas do governo Temer estão mais próximas do que Ramos Filho (2014) entende como uma “Reforma Agrária de Mercado”, política agrária capitalista e mercantil direcionada a liberação dos assentamentos rurais e a inserção de lotes dos assentados da reforma agrária no mercado de terras no Brasil. A Lei n.º 13.465/17, que trata da regularização fundiária e de assentamentos rurais vem nesse sentido e ao encontro do esvaziamento da política de reforma agrária.

Estrangeirização

Os pesquisadores da REDE DATALUTA iniciaram o levantamento de dados sobre a estrangeirização da terra em 2013 que são publicados anualmente nos relatórios DATALUTA Brasil. O tema passou a fazer parte dos debates da REDE na segunda metade da década passada e em 2009 e 2011 publicamos nossos primeiros artigos sobre o assunto (FERNANDES, 2009; FERNANDES, 2015). O levantamento de dados é um trabalho árduo, necessário para reunir, confrontar diversas fontes e organizar de forma coerente. Neste texto, analisamos os dados do relatório DATALUTA Brasil 2017 que são um

mostra do intenso processo de estrangeirização da terra no Brasil. Um estudo mais verticalizado poderá examinar com maior profundidade o que representam esses dados, por exemplo como fazemos aqui com o estado do Ceará.

A estrangeirização da terra corresponde a um processo materializado de diferentes formas, como a intensificação da territorialização do agronegócio; apropriação de terras para a implantação de projetos de energia renovável, mineração e conservação ambiental; o que mostra as múltiplas estratégias do capital internacional para controlar o território. A maneira mais eficaz de compreender a estrangeirização é através do território – multidimensional e multiescalar – uma vez que a essência do processo é o controle da terra, da água, da produção agrícola, do processamento e comercialização o que possibilita também o controle das políticas do desenvolvimento da agricultura em escala nacional e internacional.

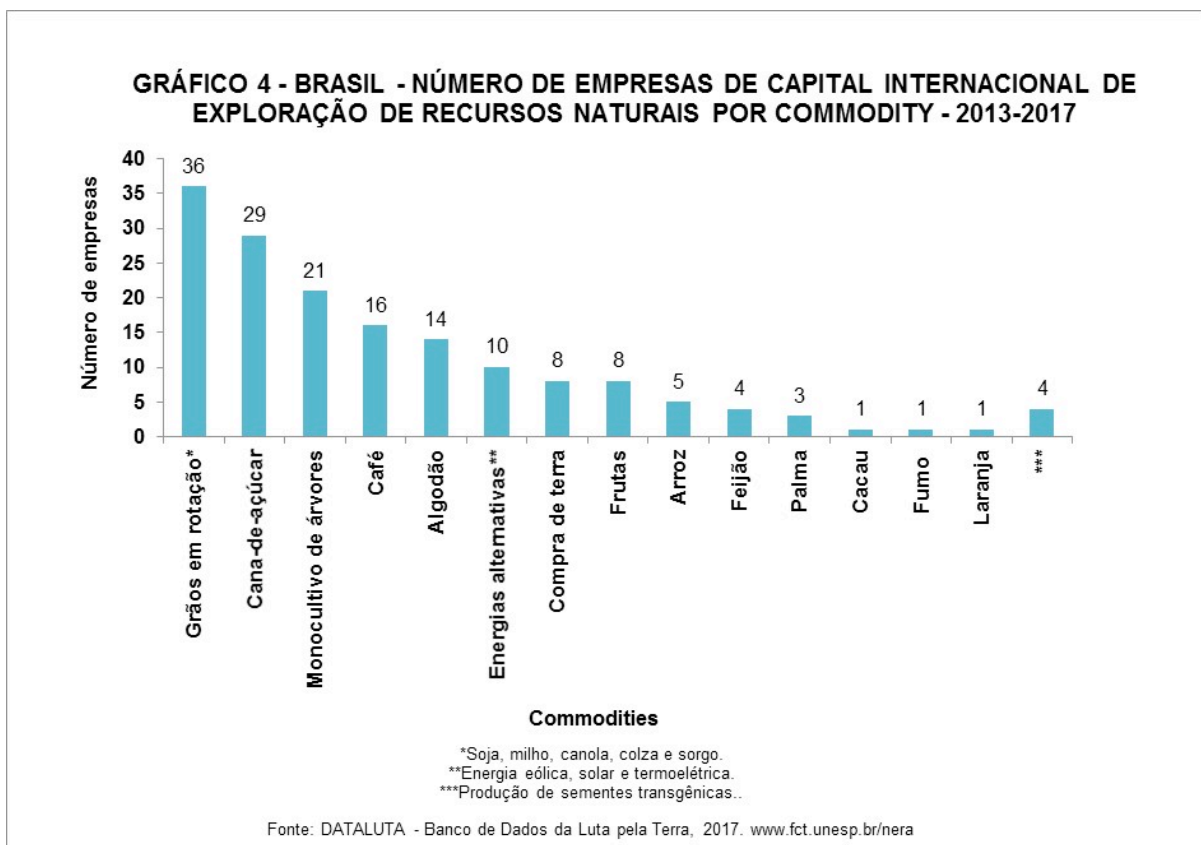
Este processo não é recente, contudo emerge no século XXI devido à uma convergência de múltiplas crises (PEREIRA, 2017) – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira – o que mostra a capacidade do capital de se apropriar dos momentos de crise para dar continuidade a acumulação, agora não mais primitiva, mas sim acumulação por despossessão (HARVEY, 2003). As novidades da estrangeirização da terra no atual período, além de ocorrer no bojo de uma convergência de crises, são as escalas de terra e capital envolvidos; o poder de controlar o território; a emergência de blocos como BRICS e Middle Income Countries (MIC), ou seja, a ascensão de países de renda média; intensificação da financeirização da agricultura e velocidade e caráter global da estrangeirização, isto é, diferentes empresas controlando o território em distintos países simultaneamente, possibilitados pela globalização neoliberal.

Ao analisar os dados do Relatório DATALUTA 2016 é evidente a intensificação e a multiplicidade de facetas da estrangeirização da terra. No total foram registradas 120 empresas com presença de capital estrangeiro que atuaram no controle do território em 2016, com uma diversidade de capitais envolvidos – EUA, Reino Unido, Argentina, Países Baixos, entre outros –; diferentes estratégias como arrendamento, compra e contratos de parceria; com diferentes territorialidades. No que se refere as territorialidades da estrangeirização da terra no Brasil, o agronegócio, sobretudo o monocultivo de árvores, cana-de-açúcar e grãos em rotação continuam no topo dos interesses do capital estrangeiro no país, contudo destacamos o aumento do número de empresas de energias renováveis, principalmente eólica e solar, uma vez que em 2016 foram registradas dez empresas estrangeiras atuantes neste setor no país, enquanto em 2015 não haviam registros. Isso evidencia que o capital busca de apropriar do discurso de uma crise energética e climática para a acumulação.

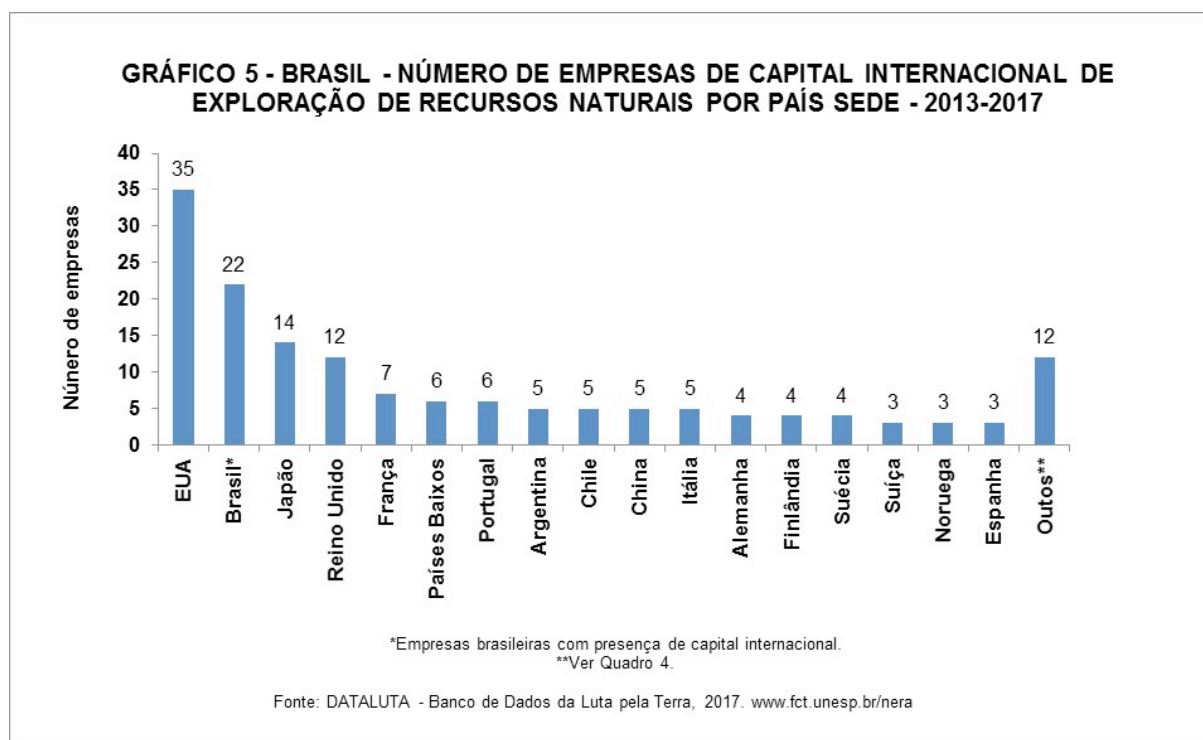
Todavia, o Brasil, além de alvo da estrangeirização da terra, também é agente do mesmo processo em outros países do Sul global, como o caso do Paraguai, principalmente para a produção de soja, onde 90% da soja produzida no país é controlada por brasileiros (WESZ JR, 2016). A soja é a principal territorialidade do agronegócio brasileiro no Paraguai, porém não é a única, recentemente observamos o aumento de empresas brasileiras destinadas ao cultivo de arroz no Paraguai, isso é explicado pelo fato da intensificação da produção de arroz no Brasil, o que evidencia o Paraguai como um território de expansão da fronteira agrícola brasileira desde a década de 1970, um território de ajuste espaço-temporal (HARVEY, 2003). A principal singularidade da estrangeirização da terra no Paraguai em relação ao Brasil é a violência ostensiva contra o campesinato, marcada por massacres (DUARTE e FERNÁNDEZ, 2017),

desterritorializações realizadas pela polícia nacional e criminalização dos movimentos de luta pela terra, uma vez que nos departamentos do Norte do país – Amambay, Concepción e San Pedro – a luta pela terra é considerada como atividade terrorista. A estrangeirização do agronegócio brasileiro no Paraguai nos remete à geopolítica da questão agrária (FERNANDES, 2009), onde a questão agrária ultrapassa fronteiras e não é mais possível compreendê-la em um contexto nacional único.

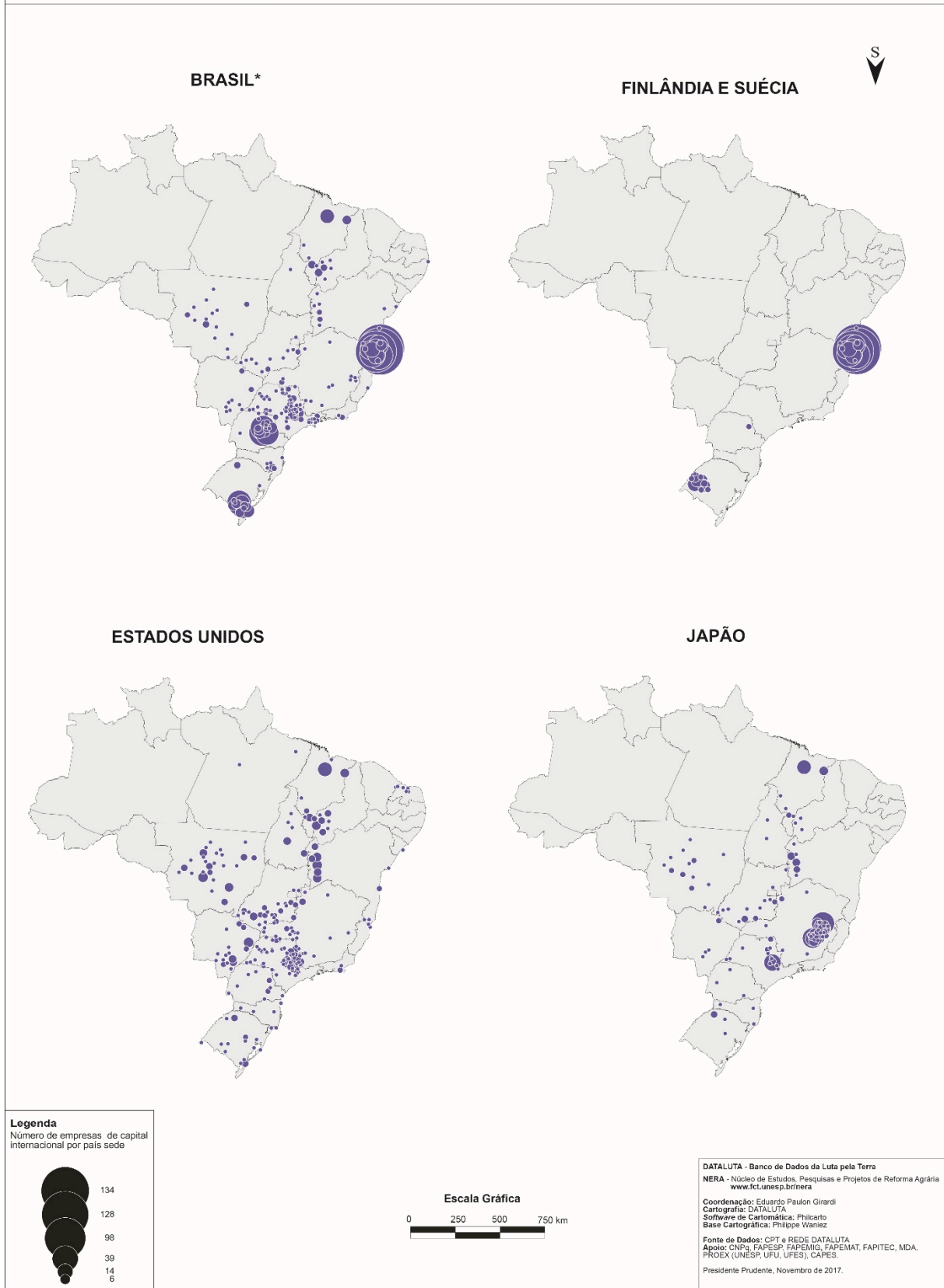
No Brasil, a soja, a cana-de-açúcar e o monocultivo de árvores estão entre as principais commodities produzidas por empresas de capital internacional (Gráfico 4) numa tendência crescente². Também registramos o crescimento de empresas de capital internacional dos Estados Unidos, Japão, Europa e China (Gráfico 5). Ao analisarmos a territorialização das empresas de capital internacional por meio do crescimento dos números de propriedades, aparecem em primeiro lugar as empresas brasileiras com participação de capital internacional distribuídas por quase todo o Brasil, concentrados na região Sul, no estado de S. Paulo, no sul da Bahia e do Goiás, no Mato Grosso e na região do MATOPIBA, seguidos por Suécia, Finlândia e Chile, Estados Unidos, Japão. As empresas dos três primeiros países estão concentradas na região Sul e no sul da Bahia e as empresas estadunidenses e japonesas seguem o padrão de territorialização das empresas de países como China, Reino Unido, Países Baixos, França, Argentina, Noruega, Singapura, Canadá, Alemanha, Espanha, Portugal, Suíça, Itália e Índia (Pranchas 1 e 2).

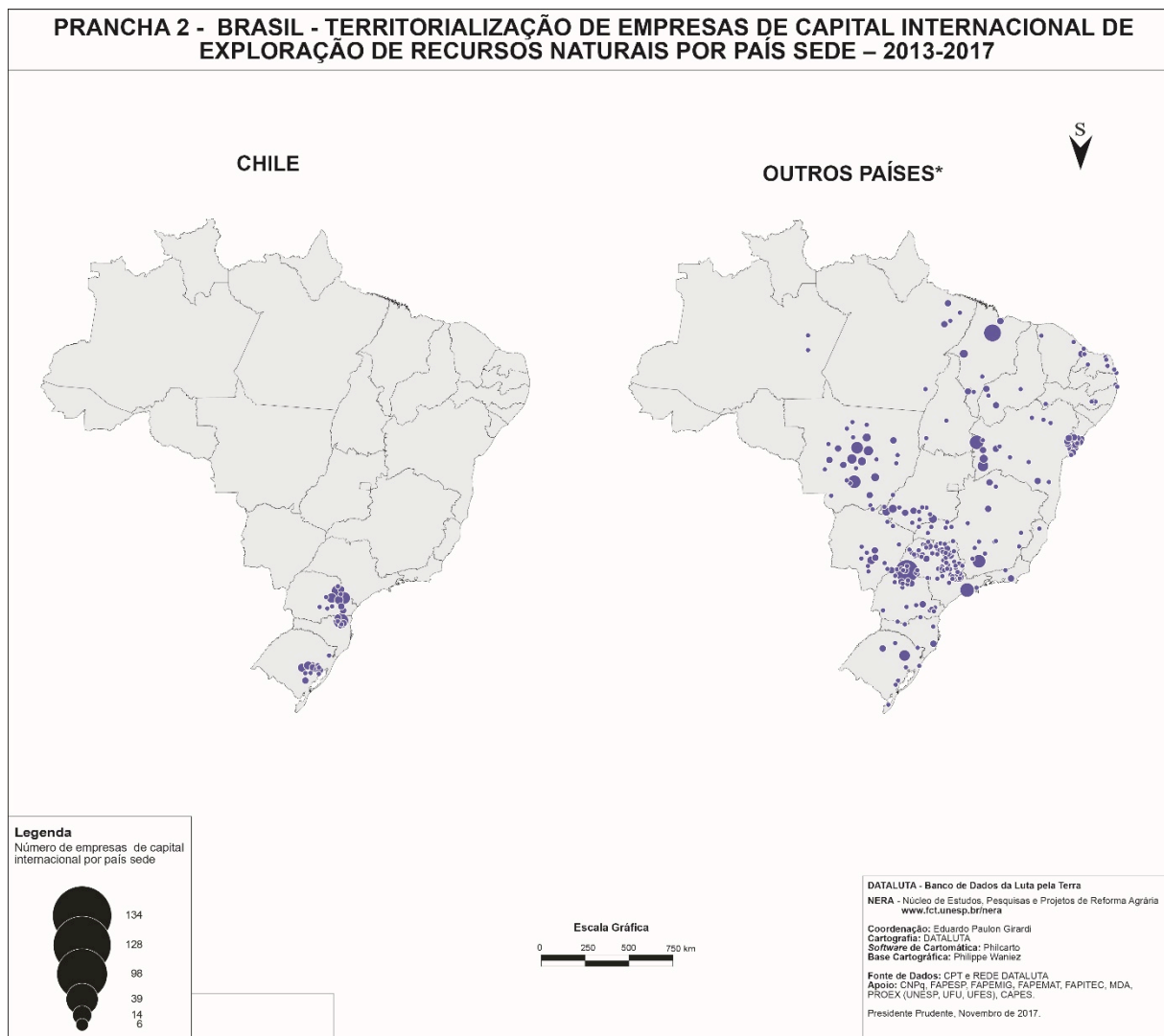


² Para uma comparação detalhada dos dados de estrangeirização e outros da luta pela terra, ver relatórios DATALUTA Brasil disponíveis em: <http://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/relatorio-dataluta/brasil/>
 Disponível em www.fct.unesp.br/nera



PRANCHA 1 - BRASIL - TERRITORIALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE CAPITAL INTERNACIONAL DE EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS POR PAÍS SEDE – 2013-2017





A estrangeirização da terra no Ceará

O Ceará é um dos estados brasileiros de grande interesse para o capital estrangeiro (PINHEIRO, 2016), cuja presença pode ser observada em diversos setores, como nos ramos do agronegócio, energias renováveis (solar e eólica), exploração mineral (fosfato e urânio) e siderurgia e no setor imobiliário, especialmente, nos segmentos voltados para o turismo, loteamentos e construção de condomínios de luxo. Esses setores receberam, nas últimas duas décadas, a maior parte dos investimentos de empresários e grupos econômicos portugueses, ingleses, italianos, espanhóis, noruegueses, franceses, chineses, sul-coreanos, alemães, dinamarqueses e austríacos, entre outros.

Os principais segmentos do agronegócio cearense são: cajucultura, carcinicultura, carnaúba, equinocultura, floricultura, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura, tilápia e trigo (ADECE, [s.d.]). A instalação de empresas desse setor no Ceará ocorreu a partir da década de 1980 quando “a região registra a chegada de grandes empresas transnacionais e regionais do agronegócio” (FERREIRA; VIANA JÚNIOR, 2016, n.p.). Entre as empresas estrangeiras que atuam no agronegócio cearense destacam-se a Del Monte Fresh Produce Brasil, Meri Pobo, Syngenta Seeds e Amway Nutrilite do Brasil.

A empresa multinacional norte-americana Del Monte Fresh Produce tem fazendas nos municípios de Quixeré e Limoeiro do Norte, na região do Baixo Jaguaribe cearense, produzindo melão, melancia, abacaxi, banana e coco verde. A Meri Pobo, empresa austríaca, está instalada nos municípios de Jaguaruana, no Litoral de Aracati, e Russas, com produção de acerola e melão. A suíça Syngenta Seeds atua a partir da Estação Experimental de Aracati, numa fazenda de 60 ha na qual desenvolve pesquisas voltadas, principalmente, para as culturas de soja, milho, cana-de-açúcar e frutas, como melancia e melão. Por fim, a multinacional norte-americana Amway, cuja subsidiária Amway Nutrilite do Brasil tem a maior fazenda de produção de acerola orgânica do mundo, instalada no município de Ubajara, na Serra da Ibiapaba (AMWAY[s.d.]).

Uma situação muito comum é a participação de empresas e investidores estrangeiros como sócios de empresas brasileiras, que pode ser observada nos casos das empresas Tropical Nordeste Fruit Agroindústria, no município de Limoeiro do Norte, e Mila Agrícola, em Quixeré, na região do Baixo Jaguaribe. A primeira tem como sócia a empresa Marítima Altisol, com sede em São Paulo e filial em Fortaleza, que tem como sócias duas empresas sediadas nas Ilhas Marshall (Cormax Trading Limited e Benchmark Investments Limited). A segunda tem sua matriz em Quixeré, com sócio domiciliado na Iugoslávia.

O agronegócio cearense tem atraído também fundos de investimentos estrangeiros, como o norte-americano Arlon Latin American Partners, que está em negociação para adquirir participação acionária da empresa Agrícola Famosa, a maior produtora e exportadora de frutas in natura do Brasil, que tem uma área de mais de 30 mil ha e sua fazenda sede está situada 70% no município de Icapuí, Estado do Ceará, e 30% em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Além disso, tem fazendas nos municípios de Russas, Quixeré e Limoeiro do Norte, no Ceará, e nos municípios de Baraúnas e Assu, no Rio Grande do Norte. O Arlon Latin American Partners já tem participação acionária na Companhia Brasileira de Laticínios (CBL), dona da marca Betânia, cuja fábrica localiza-se no município de Morada Nova, também na região do Baixo Jaguaribe cearense.

Quanto ao segmento de energia renováveis o Ceará tem sido um dos grandes polos de atração dos investimentos, especialmente em energia eólica e solar. Os principais investidores são chineses, alemães, franceses, noruegueses, dinamarqueses e espanhóis. Os investimentos em energia eólica estão localizados no Litoral de Aracati, Região Metropolitana de Fortaleza, no Litoral Oeste/Vale do Curu e na Microrregião de Camocim e Acaraú onde atuam a CPFL Energia (da chinesa State Grid Brazil Holding), a francesa Engie Brasil Energia, a dinamarquesa Vestas e a empresa alemã Wobben Wind Power Indústria e Comércio.

Ainda no segmento de energia renováveis as usinas solares também têm despertado o interesse dos investidores estrangeiros (PROJETO, 2017). Os municípios de Russas e Quixeré, receberam ou receberão investimentos da espanhola Enerside e das empresas norueguesas Statoil Brasil Óleo e Gás e Scatec Solar. Quanto aos investimentos em termoeletricas, exploração mineral e siderurgia, a italiana Enel Green Power Brasil, através da subsidiária Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A., instalada no município de Caucaia, integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. No ramo da siderurgia, duas empresas sul-coreanas (Dongkuk Steel e Posco), em parceria com a Companhia Vale do Rio Doce, formam

a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), primeira usina siderúrgica integrada da região Nordeste. Quanto à exploração mineral destaca-se a polêmica exploração de urânio da mina de Itataia, em Santa Quitéria. Em 2009, o Consórcio Santa Quitéria foi firmado entre a empresa pública Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e a empresa Galvani Indústria, Comércio e Serviço S.A., controlada pela norueguesa Yara, que possui de suas 60% das ações (NAVARRO; MOREIRA, 2018).

Os investimentos estrangeiros no setor imobiliário se concentram nos municípios de São Gonçalo do Amarante, Fortaleza, Aquiraz e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), no município de Jijoca de Jericoacara, na região Noroeste do estado, além dos municípios de Fortim e Aracati, no Litoral de Aracati (SALES, 2017; REDE..., 2017). Atuam nessas regiões o grupo Bonelli Brasil, de empresários italianos, a espanhola Confide e o grupo português Vila Galé. Em 2017 foi lançada, no distrito de Croatá, município de São Gonçalo do Amarante, a 1ª fase do projeto piloto de uma cidade inteligente (Smart City), a Smart City Laguna (COSTA, 2017). O projeto foi idealizado pela empresa italiana Planet Idea, do grupo empresarial inglês Planet Holding, que controla outras duas empresas: a Planet House e a Planet App, sediadas na Inglaterra. A empresa SG Desenvolvimento Urbanístico e Imobiliário LTDA, subsidiária no Brasil da sub-holding inglesa Planet House³ criada em 2013, é a responsável pela realização do projeto piloto da primeira Cidade Inteligente Social do mundo e a proprietária da Smart City Laguna, encarregando-se no Brasil da realização dos processos de cadeia de valor (aquisição de terras, construção e vendas).

Os investimentos estrangeiros no setor imobiliário cearense tiveram um crescimento expressivo nos últimos anos e revelam a tendência de aumento do controle da terra pelo capital externo, resultando no monopólio da hotelaria e das áreas de lazer, com a implantação, por exemplo, de praias particulares que atraem outros europeus, japoneses, australianos e norte-americanos. A monopolização da terra, como estratégia de valorização do capital, afeta diretamente a vida das populações nos locais onde são instalados os empreendimentos econômicos em virtude, por um lado, da especulação imobiliária, que encarece o preço da terra e, por outro, pela exploração da mão-de-obra, riscos ambientais, prostituição entre outros problemas que pioram a qualidade de vida das mesmas.

CONCLUSÕES

O golpe de 2016 avançou na consolidação das medidas neoliberais nefastas em todas as esferas da vida cotidiana. As classes populares do campo seguem sofrendo ataques não somente em seus direitos conquistados, mas também em seus territórios e na própria representação dentro do Estado. Os refluxos de parte das ações dos movimentos socioterritoriais ora se apresentam como produto da falta de oportunidade política e ora como opção estratégica de preservação da vida perante o avanço da violência no campo, sobretudo, focando nas lideranças. A consolidação do golpe o evidenciou como um golpe político-jurídico-midiático-ruralista que tomou o Estado e alijou os camponeses e as comunidades tradicionais não somente do projeto de governo, mas também da estrutura lógica e operativa estatal. O segundo ano do golpe nos apresenta um cenário em que o governo fez a opção de apoiar e implementar incentivos para a agricultura

³ Empresa inglesa que desenvolve o mercado das “habitações sociais” e gerencia as empresas específicas responsáveis pelo desenvolvimento de projetos imobiliários, como a SG Desenvolvimento, instalada no Ceará e proprietária da Smart City Laguna, no município de São Gonçalo do Amarante, na mesorregião Norte Cearense.

capitalista enquanto modelo único para o campo em detrimento da questão agrária. A exclusão do campesinato, dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais das políticas públicas e o crescimento da repressão são expressões do cumprimento da agenda neoliberal, com expressiva fusão entre governo e agronegócio tomando o Estado, e da intensificação da questão agrária.

A reforma agrária foi retirada da pauta, em todas as dimensões (econômica, cultural, social etc.), e o governo sequer apresentou o seu diálogo de reforma agrária enquanto o “único possível”. Pelo contrário, a reforma agrária foi alijada de todo o projeto de governo. Em outras palavras isso denota que saímos de um momento de vivência de debates e disputas sobre os modelos e políticas de reforma agrária e desenvolvimento territorial para as classes populares para então chegar na situação de um modelo único baseado na lógica capitalista. Apesar de não declarar diretamente, as ações do governo federal evidenciam que os gastos/investimentos para as classes populares são compreendidos como desperdícios e, portanto, a saída da crise não é através do desenvolvimento popular, mas via extração da mais-valia e espoliação de seus recursos. Do outro lado, os mesmos gastos/investimentos para o desenvolvimento do agronegócio são compreendidos como uma necessidade que não somente se justifica enquanto “desenvolvimento nacional”, mas também como o caminho para a superação da crise. *Maktub*: o papel de herói e protagonista nunca será do povo porque lhe cabe apenas o fatalismo, mas sempre será um desígnio do capital no âmbito da ordem neoliberal.

REFERÊNCIAS

ADECE. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará. Fortaleza, s.d. Disponível em: <<http://www.adece.ce.gov.br/index.php/sobre-a-adece>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

AMWAY cresce e investe no Brasil. Revista Sucesso Network [online], [s.l.], 25 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.sucessonetwork.com.br/1928-2/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5051-19-abril-2004-531736-publicacaooriginal-13709-pe.html>>. Acesso em: 14 fevereiro 2018.

COCA, E. L. de F.; SANTOS, R. de O. C.; ROCHA, H. F. A atualidade da reforma agrária brasileira: diversidade das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e dos tipos de assentamentos rurais. In: In: VINHA, J. F. de S. C.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. (orgs). 1 ed. São Paulo. Outras Expressões, 2014.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil, Dados de 2016. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). Massacres no campo. Lutar não é crime. Não esqueceremos. Goiânia, 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/mnc/index.php>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

COSTA, L. Smart City: Ceará recebe a primeira cidade inteligente social do mundo. O Povo Online, Fortaleza, 11 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/imoveis/2017/03/ceara-recebe-a-primeira-smart-city-social-do-mundo.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

DARDOT, P. & LAVAL, C. A nova razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, M. R. A.; FERNÁNDEZ, C. M. M. De la conflictualidad al conflicto entre campesinado paraguayo y brasiguayos en Guahory (Paraguai). Boletim DATALUTA, n. 119, p. 01-11, 2017.

FABRINI, J. E. Sem-terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas. In: Boletim DATALUTA: artigo do mês. Presidente Prudente: NERA, fev. 2015, n. 86. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2015.pdf > Acesso em 16 nov 2015 às 21:30hs.

FELICIANO, C. A. Raízes da violência no campo brasileiro. Boletim DATALUTA, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2016.pdf>. Acesso em: 2018-01-20.

FERNANDES, B. M. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. A Geopolítica da Questão Agrária Mundial. Boletim DATALUTA, n. 18, p. 01-04, 2009.

_____. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese de Livre – Docência (Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, 2013.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no Campo Brasil, v. 2010, p.76 - 83, 2011.

_____. O MST e as reformas agrárias no Brasil. In: OSAL, Observatorio Social de América Latina (Año IX, n.º 24, Oct, 2008). Buenos Aires. Clasco, 2008.

FERNANDES, B. M.; COCA, E. L. de F.; VINHA, J. F. de S. C.; CLEPS JUNIOR, J.; DANTAS, J. C.; SOBREIRO FILHO, J. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. Boletim DATALUTA. Presidente Prudente, n. 109, p. 2 – 16, jan. 2017. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_1_2017.pdf > Acesso em 14 fev. 2018 às 10:39.

FERREIRA, M. J. M.; VIANA JUNIOR, M. M. A expansão do agronegócio no semiárido cearense e suas implicações para a saúde, o trabalho e o ambiente. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 20, n. 58, p. 649-660, set. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832016000300649&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 jan. 2018.

GIRARDI, E. P. Atlas da questão agrária brasileira. In: VINHA, J. F. de S. C.; COCA, E. L. de F.; FERNANDES, B. M. (orgs). 1 ed. São Paulo. Outras Expressões, 2014.

HARVEY, D. The New Imperialism. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HOUTART, F. El bien común de la humanidad. Quito: IAEN, 2013. (Cadernos Subversivos, n. 7).

MÉSZÁROS, I. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. II Encontro de São Lázaro – Conferência de abertura. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf > Acesso em: 02 agosto 2011.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. BARBOSA, H. J. N. SÁ, T. H. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do censo agropecuário 2006. Revista Pegada – vol. 18 n.3 - Setembro-Dezembro/2017

NAVARRO, K.; MOREIRA, T. Galvani pode deixar sociedade com Yara. Valor Econômico [online], Rio de Janeiro, 18 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/agro/5264263/galvani-pode-deixar-sociedade-com-yara>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/Unesp. GIRARDI, Eduardo Paulon (org). Relatório Dataluta Brasil 2015. Presidente Prudente, São Paulo. Presidente Prudente, São Paulo. Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra. Dezembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribos e Resolução referente à ação da OIT. Brasília: OIT – Escritório do Brasil, 2011. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PEREIRA, D. V. Participação política, desenvolvimento territorial e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012. 2015. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.100.2016.tde-14122015-153414. Acesso em: 2018-01-20.

PEREIRA, L. I. Liberação na aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Brasil e o controle de terras. Boletim DATALUTA, n. 112, p. 01-18, 2017.

PINHEIRO, Y. CE é 2º em investimento estrangeiro no Brasil. Diário do Nordeste [online], Fortaleza, 04 out. 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/ce-e-2-em-investimento-estrangeiro-no-brasil-1.1627640>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

PROJETO em Apodi tem investimento de US\$ 215 milhões. O Povo Online, Fortaleza, 05 out. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2017/10/projeto-em-apodi-tem-investimento-de-us-215-milhoes.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RAMOS FILHO, E. da S. A geografia da reforma agrária e reforma agrária de mercado no nordeste brasileiro (1998-2006). In: Vinha, Janaina Francisca de Souza Campos; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs). 1 ed. São Paulo. Outras Expressões, 2014.

REDE portuguesa de hotéis Vila Galé investe R\$ 170 milhões no Brasil. Valor Econômico [online], Rio de Janeiro, 05 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/5068976/rede-portuguesa-de-hotéis-vila-gale-investe-r-170-milhoes-no-brasil>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SALES, M. Ceará ganha novo complexo turístico de investidores espanhóis. O Povo Online, Fortaleza, 23 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2017/07/ceara-ganha-novo-complexo-turistico-de-investidores-espanhois.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais e análise das dissensões e formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. Geografia em Questão, M. Cândido Rondon, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010.

_____. Ocupações de Terra no Brasil (1988-2010): Uma leitura Geográfica e a conjuntura política da luta pela terra. GeoGraphos, Alicante, v. 2, n. 14, p. 1-26, 2011.

SOBREIRO FILHO, J. & MANAÇAS, U. Amazônia, violência, conflito e massacre de Pau D’Arco no estado do Pará: entrevista com Ulisses Manaças. Presidente Prudente: Boletim Dataluta, 2017 (Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_6_2017.pdf)

TEIXEIRA, G.; INTINI, J. M. Análise sobre a Proposta de Lei Orçamentária 2018 - Os ‘Cortes Rasos’ nas Ações Estruturantes das áreas Agrícola, Agrária e Ambiental. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/migracao/apresentacao-ploa-2018-e-os-cortes-drasticos-nos-programas-para-o-rural.pdf>.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. Campo-Território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 92 – 122, 2010. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042/8245>>.

WANDSCHEER, E. A. R.; MUNHOZ, T. F.; LINDNER, M.; MEDEIROS, R. M. V.. Boletim DATALUTA, São Paulo, jul. 2016. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_7_2016.pdf>. Acesso em: 2018-01-20.

WESZ JR, V. J. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. The Journal of Peasant Studies, v. 42, n. 2, p. 286-312, 2016.